

## ENSINO SUPERIOR

## O que leva os alunos a cometer fraude?

RAFAELA CARVALHO

Estudar os vários tipos de fraude no ensino superior é a premissa para um estudo inovador saído da UC. Apostar na prevenção torna-se mais importante que defender medidas punitivas

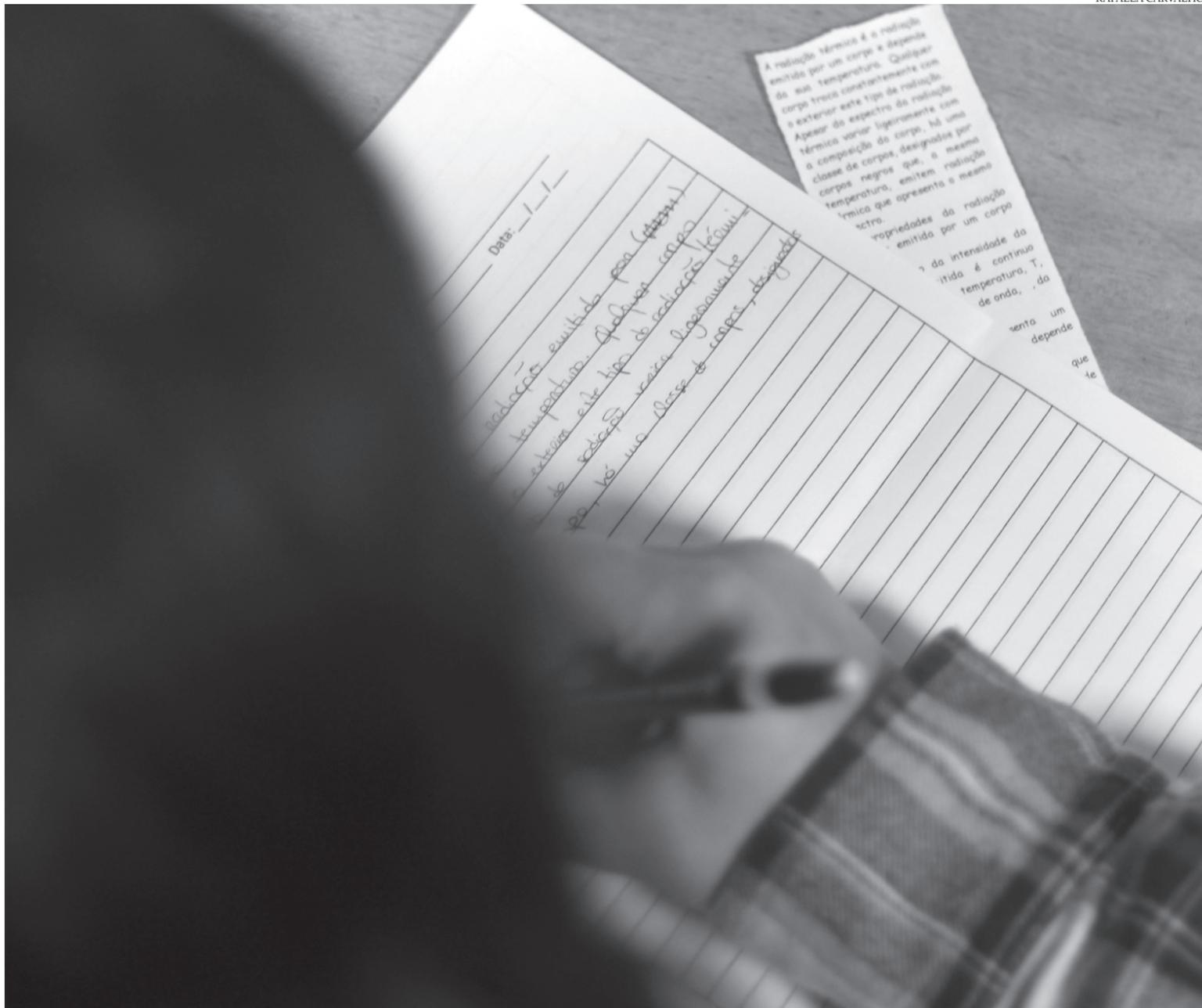
Liliana Cunha  
Ana Moraes

Pagar por trabalhos. Colocar o nome de um colega num trabalho onde não participou. Levar cábulas para frequências e exames. Usar as novas tecnologias para passar à cadeira. São exemplos de práticas resultantes de um estudo em curso intitulado “A ética dos alunos e a tolerância de professores e instituições perante a fraude académica no ensino superior” promovido pelo Centro de Estudos Sociais (CES).

Com uma amostra representativa de oito mil alunos portugueses, o estudo estende-se a Espanha e ao Brasil com números experimentais. Os dados recolhidos no país constituem uma amostra inédita. “Não há estudos com essa abrangência em Portugal, inquirimos mais alunos nas maiores universidades e nas áreas científicas em que há mais inscritos”, explica o investigador e professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), Paulo Peixoto. Entre os três países, Portugal é o que aparenta ser o menos fraudulento.

Para além dos inquéritos, realizaram-se painéis com os alunos de forma a ouvi-los e recolher informação qualitativa. Depois, entraram as respostas dos docentes e instituições. Inquiriram-se professores para apurar o que pensavam sobre as fraudes cometidas pelos alunos e foram analisados os regulamentos disciplinares ou códigos de ética para ver que medidas as instituições aplicam. “O primeiro nível para evitar a fraude académica é conhecer as diferentes práticas de fraude e como elas são percecionadas pelos alunos”, frisa o coordenador do projeto, Filipe Almeida.

Com uma equipa de investigação multidisciplinar nascida na FEUC, e numa conversa entre colegas, o projeto ganhou forma em março de 2010 motivado pela falta de uma análise científica do tema. A apresentação dos resultados finais está já agendada para 23 e 24 de janeiro do próximo ano, num seminário de conclusão no sítio onde surgiu a ideia. As áreas que se cruzam, entre outras, são a da sociologia, economia e ciências da educação. A investigadora Ana Seixas juntou-se ao projeto, já que havia desenvolvido uma tese de doutoramento sobre o ensino superior, mais pro-



Investigar o que motiva os estudantes do Ensino Superior a cometer fraude académica foi o mote de um estudo promovido pelo CES

## DADOS INTERMÉDIOS

## Situações em que há mais predisposição para a fraude:

- Alunos que já têm essas práticas nos ensinos secundário e básico
- Estudantes-trabalhadores ou com um elevado número de atividades extracurriculares
- Alunos repetentes ou com acumulados insucessos
- Unidades curriculares com altos níveis de reprovação
- Homens (comparativamente com as mulheres)

## Situações em que há menos predisposição para a fraude:

- Contextos em que há grande interação entre alunos e professores
- Alunos com bom aproveitamento escolar

## Tipos de fraude mais comuns:

- Colocar nome de um colega num trabalho sem a sua participação
- Comprar trabalhos
- Apresentar o mesmo trabalho em várias unidades curriculares

priamente no estudo das práticas pedagógicas e do insucesso escolar.

**Extensão a outras realidades**

A decisão de alargar o estudo a outros países partiu da vontade das instituições e da acessibilidade a colegas que lá lecionavam. “A dada altura, se quiséssemos continuar, podíamos aumentar a rede, mas isso prejudicaria o tempo de conclusão do estudo. Havia muita gente que estava interessada que este estudo fosse aplicado nas suas ins-

tuições”, explana Paulo Peixoto.

Há práticas que os alunos não reconhecem como fraude. “Perguntámos também aos alunos quais os instrumentos mais adequados para evitar os níveis de fraude e, curiosamente, os alunos tendem a apontar medidas mais punitivas”, ressalva o investigador. Contudo, o objetivo do estudo é pensar a fraude a priori, numa perspetiva de prevenção antes da punição. “O lado didático do projeto é prioritário em relação à punição. Estamos mais centrados nas questões da prevenção”, esclara-

rece Filipe Almeida.

**Envolvimento da comunidade académica**

“As formas de fraude que mais se praticam são as que, de alguma maneira, os alunos veem cometer pelos professores, faz parte de uma cultura de pares. As pessoas fazem aquilo que veem fazer”, confessa Paulo Peixoto. Recorde-se os dois casos de ministros alemães que perderam o diploma por plágio, um dos tipos de fraude académica.

Ainda assim, esta pode ser uma tendência que vem de outros graus de ensino e que tende a perpetuar-se na vida profissional. “Muitos alunos dizem que cometem fraude no ensino superior porque já era uma prática que traziam do secundário”, explica o sociólogo. “As pessoas cometem fraude na vida e nas profissões porque foi assim que se safaram”, partilha Paulo Peixoto, usando o conhecido exemplo do “chico esperto”.

**Punições previstas**

A adaptação dos regulamentos internos das universidades portuguesas a medidas que punam a fraude e outros advêm do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, de 2007. “A UC tem um regulamento disciplinar dirigido

aos alunos que não é completo”, acusa Paulo Peixoto. O investigador acredita que os regulamentos deveriam abranger casos de fraude de professores e da própria instituição, alargando a prevenção a toda a comunidade.

De alguns exemplos consultados nos regulamentos disciplinares da UC, Universidade do Porto, Universidade de Lisboa, Universidade de Aveiro, Universidade de Évora, entre outros, verifica-se uma uniformização das sanções previstas para o caso de fraude. Nestes casos não se encontra prevista a expulsão. Por sua vez, exemplos como a Universidade Católica Portuguesa ou a Universidade Lusíada preveem a expulsão do aluno que cometa infração disciplinares. As semelhanças de todos os exemplos enunciados encontram-se na inexistência do mesmo tipo de regras aplicadas a professores e a instituições.

A aplicabilidade do estudo reside na possibilidade de mapear as respostas institucionais à fraude académica em Portugal. E, a par da prevenção, avaliar “até que ponto essas respostas estão alinhadas com os motivos e os inibidores que os alunos reconhecem como sendo os mais importantes na fraude”, remata o coordenador do estudo, Filipe Almeida.